

1916

Luiz de Oliveira da Comarca  
de Santo Antonio do Rio  
da Cadeira, Estado de Mato Grosso  
etc.

16

Escrivão Bayma

Homologação de procuração

Requerente  
Adolpho Cedeiros

Ordinação

Os nove dias do mez de  
Carço do anno de mil novecen-  
tos e dezesseis, nesta Villa de Santo  
Antonio do Rio da Cadeira, Es-  
tado de Mato Grosso, em meu  
cartorio a rua D. da Veiga, au-  
tuei a petição com despacho e  
documento que adiante se segue,  
do que para constar, lancei es-  
te termo. Eu Jose' Casimiro Bay-  
ma, Escrivão que o escrevi

Assinarei



Ex<sup>mo</sup> Sr. Doutor Juiz de Direi-  
to desta Comarca

A. Tome-se por termo a  
declaração do inventariante.  
São Ant. do Madeiro, 9-3-1916  
F. Coutinho

Tendo nesta data o Senhor  
Jose Ribeiro Dantas, passado-  
me procuração para administrar  
o seringal do falecido Trayano  
Vaz, venho pedir a V. Ex<sup>cia</sup> median-  
te as formalidades legais haja  
por bem homologar o seguinte man-  
dato.

Estes termos

P. de firemento  
São Ant. do Madeiro, 9 de Março de 1916  
Ado. Medeiros





José Casimiro Baymas

1.º. TABELLIÃO DE NOTAS

SANTO ANTONIO - RIO MADEIRA

MATTO-GROSSO



2.º Traslado

Livro 3 Fls. 178

Procuração que faz José Ribeiro  
Dantas de São José Adel-  
pho de Oliveira

SAIBAM os que este publico instrumento de Procuração bastante virem, que aos oito  
dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor  
Jesus Christo de mil novecentos e dezessete nesta villa  
de Santo Antonio do Rio Madeira, Estado de Matto Grosso, Republica dos Estados Unidos do  
Brasil, comparece eu como outorgante em meu cartorio a  
Ribeira da Beiga o Senhor Capitão  
José Ribeiro Dantas, compe-  
sciente residente nesta villa.

reconhecido de mim pelo proprio e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas

que tambem reconhecidos e assina-

E em presença das mesmas por ell foi dito que nomea e constitue seu bastante pro-  
curador nesta Camara, ou onde em es-

ta se apresentarem o Senhor Adolpho  
Medeiros, para o fim especial de  
administrar o freguesal pertencen-  
te ao freguesado Trajano de Aguiar  
em final um autor de inventario,  
ficando elle outorgado com au-  
torização para fazer disposições in-  
disponíveis e praticar todos os  
actos de administração, receber  
as dividas activas e dar quitação,  
procurando o dito procurador pagar  
as dividas passivas acaute,  
para o bem do freguesado e de  
mandato, que forem inherentes  
à especialidade.



Gerir e administrar todos os negocios e bens do outorgante, e exercer todos os seus direitos e acções, em Juizo e fóra d'elle, perante repartições publicas, federaes, estadoaes ou municipaes, quaesquer autoridades constituídas, e particulares, onde com esta se apresentar e exhibir-a, reclamando e pugnando pelos seus interesses. — Promover tudo que entender acertado, a beneficio do outorgante, como se elle proprio fóra. — Representar o outorgante no fóro em geral, como autor, réo, oponente ou assistente, propondo as acções competentes, e intervindo nas que lhe forem intentadas, ou nas que de qualquer modo o interessarem; seguil-as em todos os seus termos, incidentes e recursos, inclusive o extraordinario para o Supremo Tribunal Federal, nos casos permittidos, até final sentença e sua execução. — Requerer qualquer medida preventiva, assecuratoria ou executiva, a bem dos direitos e interesses do outorgante. — Produzir todo genero de provas, requerendo, allegando, promovendo e assignando tudo que respectivamente haja mister. — Inquerir, reperguntar e contestar testemunhas, e requerer acareação dellas, quando necessario. — Prestar, em nome do outorgante, todos os juramentos ou compromissos legais, de qualquer especie que seja, assignando, os respectivos termos. — Dar queixa de quem quer que seja, por ultrage ou crime praticado contra a pessoa do outorgante, solicitando permissão para nella fazer-se representar. — Desistir e variar de acções, intentar outras de novo, e reconvir, quando o deva, para a defeza de quaesquer direitos do outorgante. — Assignar petições, autos, termos, allegações, articulados e quaesquer excepções, mesmo de nullidade plena ou relativa, referentes ás acções que o outorgante tenha proposto ou lhe hajam intentado, e outrosim assignar termos de confissões, louvações e negações. — Praticar todos os actos de inteira gestão mercantil, nos termos do art. 145 doCodigo Commercial, sem limitação nem restricção alguma. — Representar o outorgante nos inventarios e partilhas de que estiverem de qualquer modo envolvidos os seus interesses. — Transigir livremente, judicial, ou extra-judicialmente, sobre bens, creditos, direitos e acções do outorgante. — Fazer verificar e devidamente classificar os creditos do outorgante, nos casos de falencia de seus devedores, demandar pagamentos, disputar preferencias, comparecer ás reuniões de credores, votar, tomar e impugnar qualquer deliberação concernente á massa. — Receber as importancias que lhe tocar em rateio, e requerer, enfim quaesquer providencias attinentes á integral segurança de seus respectivos creditos. — Apresentar a protesto lettras de cambio ou qualquer titulo sujeito a essa formalidade, tirar os necessarios instrumentos e assignal-os. — Cobrar e receber qualquer quantia ou valor a que o outorgante tenha direito, de qualquer proveniencia que seja. — Fazer pagamentos devidos a quem de direito, mediante recibos e quitações. — Dar, a premio, dinheiro do outorgante, sob hypothecas, penhores e cações, estipulando prazos, juros e condições que houver por conveniente. — Inscrever, nos competentes registros, hypothecas ou penhores, quando agricolas ou a elles equiparados, constituídos á garantia de emprestimo ou quaesquer negociações que effectuar assignando os respectivos extractos. — Fazer ou acceitar cessões ou subrogações de creditos e direitos, quaesquer que sejam, pagando ou recebendo os respectivos valores, e assignando tudo que preciso fór para taes fins. — Depositar dinheiro, valores, objectos, titulos e documentos em repartições publicas, caixas economicas, bancos, casas bancarias e mãos particulares, e livremente retirar e levantar os depositos feitos, quando lhe aprouver. — Fazer ou obter concessões de credito, em conta corrente ou simples, pelo tempo, juros e condições de estylo em convenções dessa natureza. — Saccar, acceitar, endossar lettras de cambio, e outrosim emittir notas promissorias de qualquer importancia ou valor. — Garantir por aval ou fiança, esses e outros quaesquer titulos de credito, em nome e directa responsabilidade obrigacional do outorgante. — Comprar e vender generos de sua conta ou consignação. — Proceder nas repartições publicas competentes a todos os despachos necessarios, de quaesquer generos, mercadorias ou productos de sua propriedade, ou de outrem, que o outorgante represente. — Assignar termos de responsabilidade, quando haja mistér, com as declarações e obrigações que se lhe exigirem. — Effectuar a venda, ou compra, de quaesquer bens, immoveis, moveis e semoventes, outorgando, acceitando e assignando, em nome do outorgante, as respectivas escripturas, recebendo ou pagando os devidos valores e importancias, com as necessarias quitações, e transferindo ou acceitando o dominio, posse, direitos e acções sobre os bens que assim alienar ou adquirir. — Transcrever nas compras immobiliarias, os respectivos titulos de propriedade no registro geral competente, para os necessarios effectos de direito, assignando tudo que preciso fór. — Constituir hypothecas convencionaes sobre bens immoveis do outorgante, á segurança e garantia de quaesquer negociações de credito, por emprestimo ou mutuo, com ou sem juros, que outrosim lhe autorisa effectuar, fazendo nas respectivas escripturas todas as declarações necessarias, inclusive a de não estarem sujeitas a responsabilidade de hypothecas legais, quando assim o sejam, as propriedades que pretender obrigar áquelle vinculo real. — Renunciar, quando preciso, o fóro domiciliario do outorgante, presente ou futuro, para obrigar-o a responder perante certo e determinado fóro, por quaesquer actos ou contractos, que praticar ou effectuar no exercicio dos poderes que lhe confere este mandato. — Arrendar ou alugar os predios e terrenos do outorgante, aos prazos, rendas, condições e clausulas penaes que houver por conveniente. — Fazer contractos de empreitadas para concertos e reparos nos predios do outorgante ou para quaesquer novas construcções em terras de sua propriedade. — Retirar da repartição dos correios toda a correspondencia do outorgante, simples, registrada ou com valor. — Assignar a sua firma, pela do outorgante, em todas as suas relações commerciaes, e ainda nas escripturas publicas, papeis e documentos necessarios. — Fazer e assignar quaesquer contractos, civis ou mercantis, com os capitais, porcentagem de lucros e demais clausulas que entender, bem como o distracto ou mutuo dissenso dos mesmos, com ou sem reposição pecuniaria, conforme accordar. — E finalmente substabelecer, no todo ou em parte, como lhe convier, os poderes aqui expressa e formalmente conferidos, e os substabelecidos, em outros, tantas vezes quantas haja mister, com a faculdade de revogar ou cancelar os substabelecimentos feitos por si ou seus delegados, avocando-se novamente o pleno exercicio do presente mandato. Assim o disse sendo testemunhas presentes

moradores nesta cidade que este ouviram ler e assignaram com

o outorgante. Eu José Casimiro Bayma, 1.<sup>o</sup> Tabellião de Notas e Escrevi em publico e rasso assigno (estando o original publico) de verdade. O Tabellião (aa) José Casimiro Bayma, José Ribeiro Dantas, José Alves Dumas, Carlos Alexandrino da Silva Estavam guatros estum pithos federal no vuler (vuler) de avis mil reis, devidamente imit, fionoz, trustadadaa huj. Eu José Casimiro Bayma, 1.<sup>o</sup> Tabellião de Notas e Escrevi em publico e rasso assigno. Com test. R. annexo.

O Tabellião Publico José Casimiro Bayma Feito sello Ryl 22<sup>a</sup> janeiro 1900



# Recebimento

Os nove dias do mez de Março  
do anno de mil novecentos e de-  
zeis em meu cartorio me foi entre-  
que a peticao e documento retro,  
do que fago este termo. Eu José  
Casimiro Bayma, Escrivaõ que o  
escrevi.

Rebds -

# Certidão

Certifico que fora do meu carto-  
rio sciencifiquei o Senhor José  
Ribeiro Dantas de todo conteú-  
do do despacho retro, do que  
fiquei sciante, dou fi. Villa de  
Santo Antonio do M Madeira  
em 9 de Março de 1916

O Escrivaõ

José Casimiro Bayma

# Termo de declaração

Os nove dias do mez de Março  
do anno de mil novecentos e de-  
zeis, em casa de residencia do Se-  
nhor Capitão José Ribeiro Dan-  
tas a rua Felix de Lima, nesta



nesta Villa de Santo Antonio  
do Rio W Cadeira, as dez horas  
da manha, onde foi vindo o Excel-  
lentissimo Senhor Doutor Jose  
Julio de Freitas Coutinho, Juiz  
de Direito da Comarca, commi-  
go escriptao de seu cargo abaisco mo-  
meado, sendo ahi o Senhor Capi-  
tao Jose Ribeiro Dantas, declarou  
que de sua livre e espontanea  
vontade tinha assignado e pas-  
sado a procuracao constante nes-  
tes autos ao Senhor Adolpho  
Medeiros, para administrar  
o seringaol do finado Trajano Vaz,  
e pedia ao Meretissimo Juiz que  
fosse approvado o referido acto.  
E como nada mais disse, depois  
de lido e achado conforme assigna-  
com o Juiz. Eu Jose Casimiro Bay-  
ma Escrivaõ que o escrevi.  
João Julio de Freitas Coutinho

## Concluzão

Dos nove dias do mez de W Carco  
de mil novecentos e deuseis em  
meu cartorio faço estes autos  
concluzos do Meretissimo  
Juiz de Direito, do que



do que faco este termo. Eu José  
Casimiro Bayma, Escrivão que  
o escrevi. Obs

Dê-nos vista ao Senhor  
Promotor Justica.  
Stº Antonio, 9-3-916  
F. Continha

Data  
Na mesma data mez e anno su-  
pra declarado em meu cartório  
me foi estes autos entregues com  
o despacho supra; do que faco  
este termo. Eu José Casimiro  
Bayma, Escrivão que o escrevi.  
Rebds

Vista  
Dos nove dias do mez de  
Nº Carco de mil novecentos  
e dezeséis, em meu cartório faço  
estes autos com vista ao Senhor  
Promotor de Justica do que  
faco este termo. Eu José Casi-  
miro Bayma, Escrivão que  
o escrevi. Caru vistas



Concordo  
José Luiz de Figueiredo  
Promotor ind.

saunt antonio 10 de Março de 1946

## Recebimento

Os dez dias do mez de Março  
de mil novecentos e quarenta e seis, em  
meu cartorio me foi estes autos  
entregue por parte do Senhor  
Promotor de Justica; do que  
faco este termo. Eu José Casimiro  
Payma, Escrivão que o escrevi.  
— Rbds —

## Concluzão

Os dez dias do mez de  
Março de mil novecentos e  
quarenta e seis, em meu cartorio faco  
estes autos concluzos ao Ilu-  
strissimo Doutor Juiz de Di-  
recto; do que faco este termo.  
Eu José Casimiro Payma,  
Escrivão que o escrevi.  
— Ors —



Sellados, custados pela  
Decisão e preparandos,  
vultem conclusões.

Aut., 10-3-916

F. Coutinho

## Data

Os dez dias do mez de Mar-  
ço de mil novecentos e dezeses  
em meu cartorio me foi estes  
autos entregue com o despacho  
supra; ao que faço este termo.  
Eu José Casimiro Bayma, Es-  
crivão que o escrevi.

— Rebels —

## Conta

Luiz		
Deligencia	10.000	
Sentença	<u>20.000</u>	30.000

Curador

Parecer

5.000

Escrivão

Autuação

2.000

Certidão

1.000

Transporte

3.000 — 35.000



Tracyp. b.	3.000 - 35.000
Escriva	
Diligencia	6.000
Intimação	2.000
Declaração	5.000
Diligencia	6.000
Quia	5.000
Partidas	1.000
Idem	1.000
Diligencia	6.000
Intimação	2.000
Exitar sentença	5.000
Contagem	1.000
10 Termos	<u>3.000</u> 41.500

Sello	<u>1.500</u>
	<u>Rs 78.000</u>

Tabelliao	
Procuração e traslado	<u>20.000</u>
	<u>Rs 98.000</u>

Importa a presente conta em  
noventa e oito mil reis. Villa  
de Santo Antonio do Rio  
de Caduira, em 10 de W. Janeiro  
de 1916.

O Escriva  
José Casimiro Reyna



Uma  
Pagam estes autos o sello de  
quatro folhas em l, digo, folhas  
escriptas e uma em branco.  
Villa de Santo Antonio do  
Rio W Cadeira, Estado de  
W Catto Grosso, 10 de W Carco,  
de 1916

O Escriva  
Jose Casimiro Payma

No. 17 Rs. 500  
Pagou uma mil reis de sello de

verba na falta de estampilhas.

Santo Antonio de de 1916

O Agente

Jose A. M. Martins

Escrivão

Das dezeses dias do mez  
W Carco de mil novecentos  
e dezeses, em meu carto-  
rio faco estes autos conclu-  
dos do W Carcissimo Senhor  
Dr. Jose Julio de F. Coutinho  
Juiz de Direito; do que para  
constar, larro este termo. Eu  
Jose Casimiro Payma, Escriva  
que o escrevi.



Vista etc  
Havendo-se a presente  
proveniente para o fim  
de produzir todos os  
seus effectos juridicos.  
Ciente pelo requerente.  
P. e Intimado - m.  
Pau de Antonio, em  
16 de Junho de 1916  
João Julião de Freitas Cavalcante

### Data

Os dezesseis dias do mez  
de Março de mil novecentos  
e dezesseis, em meu carto-  
rio me foram estes autos en-  
tregues com o despacho su-  
pra, do W. Ex.º e S.º Dr.  
Juiz de Direito. do que fa-  
ço este termo. Eu José  
Casimiro Bayanna, Escre-  
vão que o escrevi.  
— Re l d s —

### Publicação

No mesmo dia mez e anno,  
em meu cartorio foi publi-  
cado a sentença do W. Ex.º e S.º  
Dr. Juiz de Direito, pro-  
ferida nestes autos. do  
que para constar lavro  
este termo. Eu José Casimiro



Casimiro Bayma, Escrivão  
que o referei.

Rebds e  
Publiquei

Certidão  
Certifico e dou fe, que  
a sentença de que trata  
o termo de publicação retro,  
se acha registado a fls do  
livro competente. Villa  
de Santo Antonio 16 de Marco  
de 1916. O Escrivão

José Casimiro Bayma

Certidão  
Certifico que nesta data  
scientifiquei o requerente  
de todo o conteúdo da sen-  
tença nestes autos; do  
que fico bem sciente,  
o referido é verdade, dou  
fe. Villa de Santo Antonio  
do Rio W Caduira em 17  
de W Marco de 1916

O Escrivão

José Casimiro Bayma